

Afif prepara candidatura à Constituinte

9 JUN 1985

CECÍLIA ZIONI

Da Reportagem local

"Somente quem estiver unido e organizado fará ouvir sua voz".

A primeira vista, o slogan parece palavra de ordem de sindicato de trabalhadores. Mas observando a qualidade do papel e a impressão à cores do folheto que o publica, vê-se também que o cartaz reivindicatório é empunhado por uma mão vestida de camisa e paletó. E então se nota o lay-out da Associação Comercial de São Paulo, entidade quase centenária e que se responsabiliza pelo panfleto "Empresário, apareça antes que você desapareça".

Este é o movimento mais organizado entre a classe empresarial paulista para formação do que chama "poder de pressão" em defesa de seus interesses. Não é muito recente; pois foi organizado em 1983, mas agora se vê fortalecido e com objetivo bem definido: trocar a eterna tarefa de entregar às autoridades ofícios reivindicatórios pela mais interessante autoridade de definir leis.

Guilherme Afif Domingos, 42, presidente da Associação Comercial em segundo mandato e principal articulador do movimento, que criou sob o nome de Grupo de Mobilização Permanente, ultima seus preparativos para ir à Constituinte. "Estou à disposição e posso sair candidato não de interesses de grupo mas de uma corrente de pensamento neo-liberal, que corresponde à de grande parcela da classe média", diz, tendo em vista as eleições de 15 de novembro do próximo ano, como deputado constituinte.

E esta a principal meta do movimento: "O Brasil está em período de transição de um regime fechado para outro, do qual se espera de plena liberdade. E neste, as pressões de diversos segmentos da sociedade terão grande influência não só para determinação do rumo a ser impresso à indispensável reformulação comercial como na ação do governo".

Em defesa da livre empresa e principalmente das micro, pequenas e médias empresas (que correspondem a "90% do total e cobrem 70% do mercado de trabalho do País"), Afif prepara a Associação para definir rumos. Para isso aperfeiçoa-se a estrutura da entidade, que dia 20 dará posse ao novo conselho técnico do seu Instituto de Economia (com

cerimônia a ser presidida por Antônio Carlos Lemgruber, presidente do Banco Central), no dia 24, toma posse na presidência do Instituto Jurídico o advogado Manoel Gonçalves Ferreira F^o. Já está funcionando um sistema de computação eletrônica para acompanhamento diário do Legislativo, em linha direta com o Centro de Processamento de Dados do Senado, em Brasília. E funciona, no Instituto Jurídico, doze comissões técnicas para estudo dos grandes temas — reforma agrária, reforma tributária, por exemplo — que afetam a vida das empresas.

E assim, quando "chegar a Constituinte, estaremos prontos com planos definidos, representando um segmento unido e organizado, em defesa de suas convicções e não de conveniências". O que defender? Não é pouco: "impedir o avanço desnecessário do Estado na economia, defender o contribuinte, garantir o atendimento básico de suas necessidades".

Livre iniciativa

E o que temem os empresários? Para Afif, "nesta época de mudanças institucionais, é preciso defender a livre iniciativa, que apenas viceja numa economia de mercado". E se propõe a fazer política ideológica, não partidária (ele pertence ao PDS, do qual foi candidato a vice-governador de São Paulo em 1982; reduziu a zero sua militância mas não se desligou do partido por "falta de alternativas"). A hora de luta é esta, pois "a Nova República não mudou muito e continua preferindo falar em aumentar impostos do que em reduzir despesas; sustenta uma nomenclatura que abriga interesses particulares alegando agir em nome do povo —vide caso Sulbrasileiro— e dá subsídios a estranhos 'sócios', os que vivem à custa da sociedade".

Ainda falando em termos gerais, Afif diz que "a grita é geral" e que os fatos novos, os primeiros passos do novo governo, fizeram "começar a corrida" mas alerta ser necessário "separar bem quem defende interesses contrariados dos que defendem convicções feridas". E está confiante no momento pois "somam conosco os representantes das sociedades civis", citando pelo menos a Sociedade Rural Brasileira e a Ordem dos Advogados do Brasil, "que têm representação na diretoria e nos conselhos da Associação. E se o

grupo não tem organização formal nem por isso deixa de definir seus objetivos: criar lideranças para "defender a livre iniciativa, que prolifera na economia de mercado e

sucumbe diante de cartórios formados por monopólios e oligopólios de alguns poucos —que foram os grandes beneficiados pelos governos intervencionistas e centralistas".

FOLHA DE SÃO PAULO

9 JUN 1985

ANC 88

Pasta Jun/85

044/1985